

## **TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE: O FINANCIAMENTO DO ESPORTE NO BRASIL AO LONGO DE 2003 À 2022**

Fernando Henrique Silva Carneiro<sup>1</sup>

Jonathas Carvalho de Sousa<sup>2</sup>

Fernando Mascarenhas<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal de Goiás câmpus Inhumas (IFG)

<sup>2</sup>Rede Pública de Ensino do Estado do Maranhão (SEDUC-MA); Rede Municipal de Ensino de Paço do Lumiar-MA (SEMED-PL)

<sup>3</sup>Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF/UnB)

### **GTT 12 - Políticas Públicas**

#### **INTRODUÇÃO**

O portal “Transparência no Esporte” foi criado em 2018 pelo Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer (Avante) da Universidade de Brasília. Para o seu desenvolvimento, contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É produto das pesquisas sobre financiamento do esporte desenvolvidas pelo Avante e se justifica a partir da dispersão de dados de financiamento esportivo, disponíveis em diferentes plataformas governamentais, mas sem tratamento e um olhar de totalidade.

Com efeito, seus objetivos são: a) concentrar em uma única ferramenta a possibilidade de pesquisa e consulta sobre todos os recursos do esporte no âmbito federal; b) divulgar a origem, o montante e o direcionamento dos recursos para o esporte na esfera federal; e c) facilitar a compreensão da atuação do Estado em relação ao esporte, demonstrando o que tem sido priorizado e, a partir disso, subsidiar ação política pelos investimentos necessários para que o esporte seja reconhecido como direito social (TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE, 2023). O portal Transparência no Esporte se apresenta, assim, como uma tecnologia de controle democrático e uma ferramenta de monitoramento e visualização gráfica dos recursos públicos do esporte na esfera federal.

Mais recentemente, tem ocorrido a ampliação dos estudos que analisam longitudinalmente a totalidade e a matriz do financiamento federal do esporte, são expressão destas pesquisas: Carneiro (2018); Carneiro *et al* (2019); Castro e Mezzadri (2019); Carneiro *et al* (2020); Carneiro e Mascarenhas (2021). Este estudo corrobora

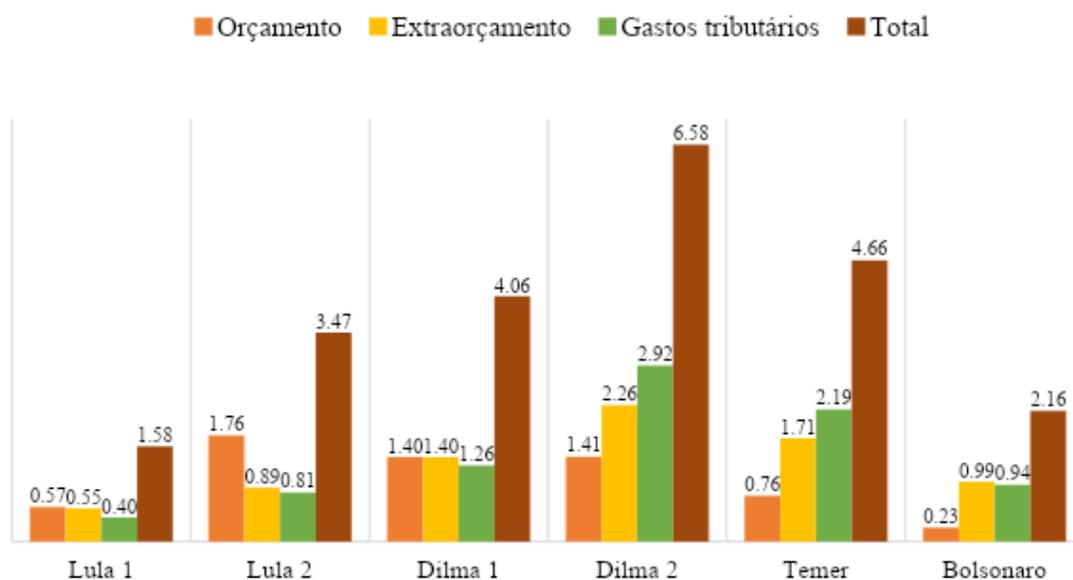
com este esforço, ampliando o recorte de análise. Tendo por base os 20 anos da série histórica (2003-2022) de dados apresentados no Transparência no Esporte, este estudo busca analisar como os diferentes governos ao longo de 2003 a 2022 materializaram o financiamento e gasto com esporte.

Metodologicamente, a investigação se caracteriza como uma pesquisa descritiva e exploratória de cunho quanti-qualitativo, desenvolvida a partir de levantamento documental no portal Transparência no Esporte. A análise dos dados foi realizada tendo por base a proposta metodológica de análise do financiamento esportivo desenvolvida por Carneiro e Mascarenhas (2018), tendo por base os indicadores: fontes de financiamento; e direção do gasto. Os dados financeiros foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da Calculadora do cidadão à preços de dezembro de 2022.

#### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Ao longo de 2003 a 2022 foi gasto com esporte o montante de R\$ 59,78 bilhões, sendo que destes 32% foi do *orçamento público* – recursos que transitam pelo orçamento federal a partir da Função Desporto e Lazer e suas subfunções; 35% foi de *extraorçamento* – recursos provenientes, principalmente, de patrocínio esportivo das estatais sem incentivo fiscal e repasses de loterias da Caixa Econômica Federal para entidades de administração esportiva e clubes de futebol; e 33% foi de *gastos tributários* – recursos públicos para o esporte que são fruto de incentivos ou isenções fiscais (TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE, 2022). Todavia, estas três fontes oscilaram bastante ao longo dos diferentes governos, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Fontes de financiamento do esporte: média de gasto por governo – série 2003-2022



Fonte: TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE (2023)

Obs.: Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2022 em R\$ bilhões.

Ao longo do tempo a média total do gasto com esporte pelos seis diferentes governos variou de modo considerável, sendo que do governo Lula 1 até Dilma 2 houve uma tendência de aumento, tendo ocorrido diminuição gradativa nos governos subsequentes (Temer e Bolsonaro). Esta oscilação de recursos para o esporte federal tem sido demonstrada por diferentes estudos (MASCARENHAS, 2016; CARNEIRO *et al.*, 2019), presente também na realidade de estados e municípios (CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2021).

A oscilação na média total gasta com esporte por cada governo tem relação direta com a variação das três fontes de financiamento ao longo do tempo. Enquanto nos governos Lula 1 e 2 a fonte que mais teve recurso foi a orçamentária, tendo o governo Dilma 1 uma equiparação entre a orçamentária e a extraorçamentária, a partir do governo Dilma 2 a centralidade passou a ser da fonte de gastos tributários e extraorçamento. Essa alteração no volume e representatividade das diferentes fontes de financiamento ao longo de 2003 a 2022 é resultado de decisões políticas que geraram esvaziamento da fonte orçamentária e ampliação das fontes extraorçamentária e gastos tributários.

Mascarenhas (2016) e Carneiro (2018) demonstraram como, ao longo dos governos Lula e Dilma, os constrangimentos da política de ajuste fiscal impactaram o direcionamento de orçamento público para o esporte. Essa realidade ficou ainda mais dramática a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95 no governo Temer, elemento que levou a uma diminuição importante dessa fonte neste governo e no de Bolsonaro.

A ampliação dos gastos extraorçamentários teve diferentes elementos, por um lado, houve a criação de novas loterias esportivas que garantiram o aumento de recursos para as entidades de administração esportiva e clubes de futebol, como a Timemania (Lei nº 11.345/2006) e a Loteria Exclusiva – LOTEEX (Lei nº 13.155/2015). Por outro lado, outras entidades de administração esportiva passaram a ter acesso aos recursos de loterias, como: o Comitê Brasileiro de Clubes, a partir de 2011; a Confederação Nacional dos Clubes, a partir de 2019; e o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpico, a partir de 2022. Todavia, em relação aos recursos de loterias Marques *et al* (2021) apontam que legislações que modificaram a distribuição de tais recursos (Lei nº 13.756/2018; Lei nº 14.073/2020), fizeram com que eles ficassem mais diminutos, elemento que refletiu nos governos Temer e Bolsonaro.

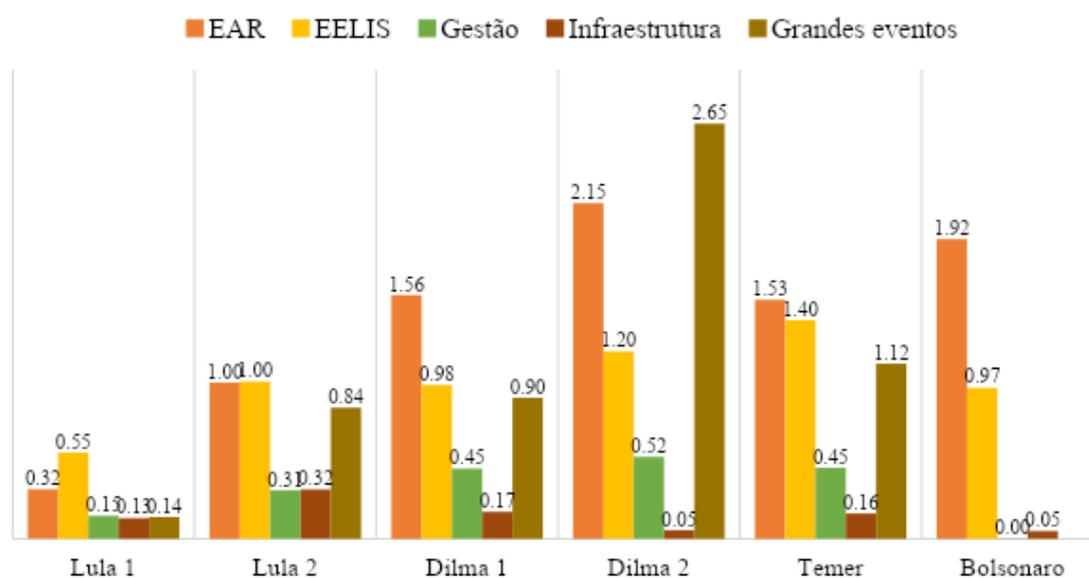
Ainda sobre a fonte extraorçamentária, houve uma indução do governo Dilma 1 para que a estatais federais ampliassem o patrocínio esportivo a partir do Plano Brasil Medalhas 2016, que buscava aumentar os recursos para o esporte de alto rendimento, buscando dar melhores condições para que os atletas brasileiros representassem o país nos Jogos Rio 2016 (CARNEIRO, 2018).

No que tange a fonte de gastos tributários houve a criação de diferentes legislações que instituíram novas fontes de financiamento do esporte, tendo duas tido um papel primordial: a) a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), criada em 2006 que possibilitou à Pessoas Físicas e Jurídicas direcionar parte do Imposto de renda para projetos esportivos; e b) as legislações que instituíram isenções fiscais para realização dos grandes eventos esportivos, especificamente, a Copa das Confederações de Futebol 2013 e Copa do Mundo de Futebol 2014 (Lei nº 12.350/2010 e Lei nº 12.663/2012) e os Jogos Rio 2016 (Lei nº 12.780/2013). Este último bloco de isenções

fiscais teve um caráter temporário, sendo a principal explicação para os governos Dilma 1 e 2 e Temer terem sido os que tiveram maior média de gastos tributários.

A presença de recursos nas diferentes fontes de financiamento tem reflexo direto com o direcionamento deles ao longo do tempo. Assim, no Gráfico 2 é possível identificar a média de direcionamento de gasto com esporte de cada governo, tendo por base 5 diferentes categorias: Esporte de Alto Rendimento (EAR); Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (EELIS); Gestão; Infraestrutura; e Grandes eventos.

Gráfico 2 – Direcionamento do gasto por categoria: média de gasto por governo – série 2003-2022



Fonte: TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE (2023)

Obs.: Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2022 em R\$ bilhões.

No governo Lula 1, a prioridade de gasto foi com EELIS, isto é, o esporte como direito, o que se materializou a partir do Programa Segundo Tempo e do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Contudo, no governo Lula 2, o EAR passa a ter o mesmo patamar de gasto que o EELIS; além disso, com a realização dos Jogos Pan e Parapan Rio 2007, houve incremento importante no gasto com Grandes eventos. Estes passaram a ser o princípio organizador da agenda esportiva no Brasil. No governo Lula 2, o país foi definido como sede dos dois maiores Grandes eventos esportivos mundiais, os Jogos

Rio 2016 e a Copa do Mundo de Futebol 2014. Estes estavam associados ao atendimento de interesses políticos e econômicos do país no cenário mundial (CARNEIRO *et al.*, 2020).

Os governos Dilma 1 e 2 deram continuidade à política esportiva dos governos Lula (CARNEIRO, 2018). Assim, para possibilitar a realização dos Grandes eventos, garantiu seu financiamento pelas três fontes, além de ter ampliado os recursos de EAR, sobretudo, para possibilitar que o país melhorasse seus resultados no quadro de medalhas nos Jogos Rio 2016. Os governos Dilma mantiveram o patamar de gasto com EELIS.

No governo Temer os recursos para os Grandes eventos diminuíram, vez que em 2016 foi o fim do ciclo de Grandes eventos. Em seu governo, a prioridade de gasto foi o EAR, acompanhado de perto por EELIS. O governo Temer não apresentou nenhuma inovação em relação as políticas esportivas que vinham sendo realizadas anteriormente pelos governos Lula e Dilma.

O governo Bolsonaro ampliou os recursos direcionados ao EAR, tendo diminuído os recursos para EELIS em relação aos governos anteriores. Este governo promoveu uma desestruturação da organização institucional do esporte no governo federal, pois depois de 16 anos de funcionamento do Ministério do Esporte, este foi extinto em 2019, constituindo a Secretaria Especial do Esporte no Ministério da Cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O portal Transparência no Esporte tem se colocado como uma ferramenta importante para que pesquisadores e a sociedade em geral tenham acesso aos dados de toda a matriz do financiamento do esporte em uma fonte acessível de consulta. Isso é essencial para que haja controle democrático sobre como os diferentes governos vem fazendo na gestão dos recursos para o esporte.

Foi importante caracterizar que o esporte conta com recursos de três diferentes fontes. Ao longo do tempo os recursos orçamentários foram ficando mais diminutos, enquanto os recursos extraorçamentários e gastos tributários foram se ampliando. Esse

processo esteve articulado ao aumento de recursos, sobretudo para o EAR e a realização dos Grandes eventos esportivos.

Ao longo do tempo o gasto com EELIS, isto é, voltado a materialização do acesso ao esporte no âmbito da escola e do lazer, foi secundarizado frente aos interesses do EAR e da agenda do ciclo de Grandes eventos esportivos no Brasil.

A compreensão do financiamento do esporte nos últimos 20 anos pode subsidiar a ação política para que a comunidade do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, junto a outros sujeitos coletivos da sociedade civil e do campo progressista, possa demandar do Estado a materialização do esporte como direito social por meio de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, F. H. S. **O financiamento do esporte no Brasil**: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma. 2018. 385 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil. **Podium: Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 10, p. 1-20, 2021.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. **E-legis**, Brasília, v. 11, n. especial, p. 119-140, nov. 2018.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. (Orgs.). **O financiamento público do esporte no Brasil: análise e avaliação do governo federal**. Curitiba: CRV, 2021.

CARNEIRO, F. H. S. *et al.* A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil. **RBCM**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 85-102, 2019.

CARNEIRO, F. H. S. *et al.* A disputa pelo fundo público no financiamento e gasto com esporte nos Governos Lula e Dilma. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, e26056, p. 01-20, 2020.

CASTRO, S. B. E.; MEZZADRI, F. M. Panorama das principais fontes de financiamento público para o esporte brasileiro. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 10, p. 33-52 2019.

MARQUES, L. M. M. *et al.* Financiamento do esporte no Brasil: análise acerca das mudanças recentes na configuração dos repasses de recursos das loterias federais. **RBCE**, Brasília, v. 43, e005621, p. 1-10, 2021.

MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **RBEFE**, v. 30, n. 4, p. 963-980, out./dez. 2016.

TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE. **Transparência no esporte**. 2023. Disponível em: <http://www.transparencianoesporte.unb.br/>. Acesso em: 22 abr. 2023.